

AUTO-ESTIMA PESSOAL E COLETIVA EM MÃES E NÃO-MÃES

Daniela Borges Lima de Souza*
Maria Cristina Ferreira#

RESUMO. O estudo investigou as implicações da condição de maternidade e de não-maternidade para a construção da auto-estima pessoal e coletiva das mulheres, mediante o teste das hipóteses de que os índices de auto-estima pessoal e de auto-estima coletiva obtidos por mulheres mães seriam significativamente maiores do que os índices obtidos por mulheres não-mães. A amostra foi composta por 310 mulheres, com idades variando entre 30 e 69 anos, distribuídas em um grupo de mães e um outro de não-mães, as quais foram solicitadas a responder às versões brasileiras da Escala de Auto-Estima de Rosenberg e da Escala de Auto-Estima Coletiva. A análise dos resultados revelou que as duas hipóteses do estudo foram corroboradas. Concluiu-se que as concepções e representações tradicionais acerca da maternidade ainda desempenham um importante papel na configuração da identidade feminina.

Palavras-chave: auto-estima pessoal, auto-estima coletiva, maternidade.

PERSONAL AND COLLECTIVE SELF-ESTEEM IN MOTHERS AND NON-MOTHERS

ABSTRACT. The study investigates the motherhood and non-motherhood conditions, and its implications to women in their construction of personal and collective self-esteem. The hypotheses to be tested were that mothers would present personal and collective self-esteem indexes significantly greater than non-mothers. The sample consisted of 310 women, between 30 and 69 years of age, distributed in two groups, mothers and non-mothers. Both groups were asked to answer the Brazilian versions of the Rosenberg's Self-Esteem Scale and Collective Self-Esteem Scale. Results confirmed both hypotheses. It was concluded that traditional conceptions and representations of motherhood still play an important role in the construction of feminine identity.

Key words: Personal self-esteem, collective self-esteem, motherhood.

Desde as mais longínquas épocas, a crença de que gerar a vida faz parte da natureza da mulher tornou a maternidade intrinsecamente vinculada à identidade feminina. Assim é que, nos relatos mitológicos (como, por exemplo, o mito grego de Deméter, a história bíblica de Eva e a vida da deusa Iansã), as imagens de mãe e mulher já se apresentavam indissociadas, contribuindo para que, historicamente, a maternidade tenha sido considerada uma vicissitude biológica, isto é, uma decorrência natural e inevitável à condição feminina, ainda que saudável e desejável. Conseqüentemente, as mulheres mães alcançavam reconhecimento perante a sociedade e desenvolviam uma identidade positiva, enquanto as mulheres não-mães recebiam rótulos negativos e tornavam-se mais susceptíveis a desenvolver uma identidade negativa (Daniluk, 1999).

Tal concepção naturalizada da maternidade predominou até o século 20, quando o movimento feminista começou a questioná-la de forma mais sistemática, juntamente com reivindicações associadas à saúde reprodutiva, sexualidade e identidade feminina (Badinter, 1985). Nesse sentido, as duas primeiras décadas do século XX assistiram ao surgimento da primeira onda feminista, na qual as mulheres pela primeira vez se organizaram, com a finalidade de levantar questões que diziam respeito à identidade feminina, reivindicando, assim, maior inserção profissional, direitos mais igualitários e clínicas para o controle da natalidade (Costa, Barroso & Sarti, 1985).

Não obstante, no período do pós-guerra, o Estado começou a incentivar o aumento do tamanho das famílias e a volta das mulheres "ao seu lugar", isto é, ao espaço doméstico, o que iria provocar a ocorrência do *baby-boom* (volta ao lar), responsável pela

* Mestre em Psicologia. Docente da Universidade Estácio de Sá, Juiz de Fora.

Doutora em Psicologia. Docente da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

desarticulação dos ideais feministas, muito embora o desejo de mudanças iniciado no início do século tenha permanecido latente (Sewall, 1999). Ao final dos anos 1950 e início da década seguinte surgiu a segunda onda feminista, que iria trazer a maternidade para o centro das discussões e permitir que, ao final dos anos 1970, as mulheres comessem de fato a estabelecer diferenças entre o desejo de ser mulher e o desejo de ser mãe (Ireland, 1993).

As reivindicações do movimento feminista forneceram, assim, as bases para o desenvolvimento de uma nova perspectiva acerca da identidade feminina, que não mais considera a maternidade como definidora dessa identidade, mas como um dos múltiplos fatores psicossociais que a configuram (Scavone, 1985). Em outras palavras, a maternidade passa a ser concebida como uma das escolhas disponíveis à constituição feminina, um fenômeno que faz parte dos propósitos individuais que a mulher desenvolve para si, uma opção que emerge associada a outros projetos pessoais, vinculados à realização profissional, à independência econômica e ao livre exercício da sexualidade (Baptista, 1995).

Sob a égide da perspectiva psicossocial, a maternidade converte-se, assim, em um fenômeno complexo, que vem sendo analisado no âmbito das macro e microrrelações. No espaço das macrorrelações está o fato de que ser mãe não consiste apenas em uma vicissitude biológica, mas também em uma escolha individual, condicionada por mecanismos sociais que incluem as políticas públicas de saúde (que amparam as mulheres grávidas com hospitais e assistência médica), a legislação de contracepção e o direito de família (que reconhece e garante o direito de ser mãe) (Scavone, 1985).

Já na esfera das microrrelações, estão presentes as transformações psicológicas que a maternidade acarreta, no que tange aos aspectos profissionais, sexuais, afetivos e familiares que configuram a identidade feminina, bem como a forma pela qual elas colaboram para a auto-realização da mulher (Ireland, 1993). A maternidade surge, assim, como um momento privilegiado que possibilita à mulher refazer suas próprias representações do que é ser mãe, bem como reviver as próprias experiências de filha, colocando em destaque seus medos, anseios, temores e, conseqüentemente, redefinindo seus valores, sua estima e sua identidade (Muszkat, 1985). Tais representações, adquiridas culturalmente, constituem, durante a gestação, uma imagem idealizada sobre o que é ser mãe e o que é ter um filho e, após o parto, passam a fazer parte de uma realidade concreta. Em outras palavras, a condição da maternidade leva a

mulher a incorporar as representações de mãe e filho que ela desenvolveu e que irão contribuir para a constituição de sua própria identidade materna (Rubin, 1984).

Sob a perspectiva psicossocial, então, a identidade materna consiste tão-somente em um dos aspectos da identidade feminina. No entanto, as representações sobre o papel materno, uma vez incorporadas à identidade feminina, serão as responsáveis pela transformação total da mulher, que passa a ser regida por sua identidade de mãe. Contrariamente à perspectiva biológica, portanto, a mãe não é aquela que gera um filho, mas a que deseja um filho, se identifica com o papel de mãe e, conseqüentemente, o ama (Baptista, 1995).

Ao admitir que a maternidade não tem como pré-requisito um determinismo biológico, possuindo, ao contrário, um caráter representacional, a abordagem psicossocial pressupõe que a identidade materna constitui-se no seio das relações contínuas e mútuas que as mulheres estabelecem consigo mesmas e com os outros. Dito de outra forma, as representações da maternidade com as quais a mulher se identifica é que irão permitir-lhe escolher tornar-se ou não mãe, e adquirir, assim, uma identidade feminina associada ou não à função materna (Kimura, 1997).

Analisando o papel da maternidade no processo de formação da identidade feminina sob o ponto de vista psicossocial, Ireland (1993) chama a atenção para dois mitos comuns relacionados às mulheres que não têm filhos: de que são de mulheres incapazes de sustentar relações pessoais e de que estas mulheres canalizam suas carências para o trabalho. Para ela, a derrubada desses mitos viabiliza-se na concepção da maternidade e de outras escolhas femininas como diferentes formas de crescimento individual que permitem às mulheres com e sem filhos a construção de suas próprias identidades. Desse modo, a identidade feminina, para a autora, deve ser vista como um constructo complexo, que envolve amor, sexualidade, vida profissional e muitos outros fatores, dentre os quais a maternidade poderá ou não assumir papel preponderante.

Diferentes estudos têm procurado verificar empiricamente as implicações da condição de ser ou não mãe para a estruturação da identidade feminina, sendo que alguns deles têm se detido na análise das percepções e representações que as mulheres desenvolvem acerca da maternidade. As evidências até aqui reunidas por essas investigações demonstram que as concepções da maternidade como algo inerente à natureza feminina ainda se fazem presentes nas representações de grande parte das mulheres, sejam

elas mães (Baptista, 1995; Barlow & Cairns, 1997; Scavone, 1985; Rocha-Coutinho, 1994) ou não-mães (Remennick, 2000; Riessman, 2000; Woollett, 1991), levando-as a desejar predominantemente ter filhos, ainda que tal projeto possa ser temporariamente adiado e conviva com outros projetos individuais associados à realização pessoal e profissional. Nesse sentido, Rocha-Coutinho (1998) destaca que a mulher atual ainda oscila entre dois modelos femininos, quais sejam o de boa mãe, que coloca a família acima de qualquer atividade, e o de mulher independente, que pode e deve escolher entre ser ou não ser mãe, prevalecendo, entretanto, em seus discursos, a concepção da maternidade como essência da condição feminina.

Talvez por essa razão, algumas pesquisas (Bonini-Vieira, 1997; Mansur, 2000; Wu & MacNeill, 2002) apontam que não ter filhos constitui uma opção de vida que pode ser tomada sem que a mulher sinta o peso dos estereótipos e preconceitos que perpassam essa escolha, principalmente quando ela possui maior nível de escolaridade, trabalha e vive nos grandes centros urbanos. No entanto, outro grupo de investigações tem evidenciado que não ter filhos pode representar também uma fonte de insatisfação e desvalorização para a mulher. Assim é que as mulheres que não conseguem se tornar mães sentem-se muitas vezes estigmatizadas e desvalorizadas, em virtude de não conseguirem atender às expectativas sociais (Remennick, 2000; Riessman, 2000; Woollett, 1991), além de apresentarem índices de bem-estar subjetivo inferiores aos demonstrados pelas mulheres que se tornam mães (Callan & Hennessey, 1988; Connidis & McMullin, 1993).

Tais resultados remetem às implicações da maternidade para a construção da auto-estima pessoal e da auto-estima social ou coletiva. De acordo com Blascovich e Tomaka (1991), a auto-estima pessoal diz respeito à avaliação positiva ou negativa que o indivíduo faz de si mesmo, constituindo-se, assim, em um aspecto central do eu, que desempenha papel fundamental no processo de construção da identidade adulta. Ela é, portanto, uma conseqüência da identidade pessoal, congregando, dessa forma, as auto-avaliações sobre os atributos e habilidades individuais manifestos nos domínios interpessoal e privado (Paéz, Martínez-Taboada, Arróspide, Insúa & Ayestarán, 1998).

Já a auto-estima coletiva refere-se à identidade social, isto é, à avaliação dos atributos característicos dos grupos aos quais o indivíduo pertence e com os quais se identifica (Tajfel & Turner, 1986). Desse modo, enquanto a auto-estima pessoal situa-se no

âmbito interpessoal, a auto-estima coletiva é fundamentalmente relacional, estando associada ao contexto intergrupar e às comparações que o indivíduo realiza entre seu próprio grupo de pertença e os demais grupos sociais. Assim, quando a comparação favorece o seu próprio grupo, as pessoas tendem a perceber esse grupo como detentor de mais prestígio e a apresentar uma auto-estima coletiva mais elevada do que quando a comparação não se mostra favorável ao grupo a que elas pertencem.

No que tange às conseqüências da maternidade para a auto-estima pessoal, seria lícito supor que o fato de as mulheres que não conseguem ter filhos sentirem-se estigmatizadas e desvalorizadas (Remennick, 2000; Riessman, 2000; Woollett, 1991) poderia levá-las a apresentar uma auto-estima pessoal mais baixa que as mulheres que possuem filhos; no entanto as investigações sobre tal questão nem sempre têm corroborado tal assertiva. Nesse sentido, Callan e Hennessey (1988) compararam mulheres australianas que nunca tinham tido filhos (infertilidade primária) com mulheres que já possuíam filhos, mas que não conseguiam mais engravidar devido a problemas de infertilidade, tendo constatado que seus níveis de auto-estima não se diferenciaram significativamente. Bailey, Bruno, Bezerra, Queiroz, Oliveira, e Chen-Mok (2001), por outro lado, em estudo realizado com adolescentes atendidas em um hospital do Nordeste brasileiro devido a complicações decorrentes de aborto ou em acompanhamento pré-natal, verificaram que as adolescentes que tinham sofrido aborto espontâneo ou provocado apresentaram índices menores de auto-estima, quando comparadas às que decidiram levar adiante sua gravidez.

Quanto às conseqüências da maternidade para a auto-estima coletiva, o fato de as mulheres sem filhos se autoperceberem como incapazes de atender integralmente às demandas para o desempenho dos papéis associados à sua condição de mulher, já que são mulheres “com defeito” (Remennick, 2000; Riessman, 2000), também permite a suposição de que elas provavelmente se sentem com sua auto-estima coletiva diminuída, quando comparadas às mulheres que possuem filhos, na medida em que se identificariam com um grupo de mulheres de menor prestígio social. Na consulta à literatura especializada não foram, porém, encontrados estudos destinados a testar diretamente tal hipótese.

Em face dessas considerações, o presente estudo pretendeu investigar, em caráter exploratório, as possíveis implicações da condição de maternidade e de não-maternidade para a construção da auto-estima pessoal e coletiva das mulheres. Nesse sentido,

procurou testar as hipóteses de que os índices de auto-estima pessoal e auto-estima coletiva de mulheres que possuíam filhos seriam significativamente maiores do que os índices obtidos por mulheres que não possuíam filhos.

MÉTODO

Participantes

A amostra foi composta por 310 mulheres residentes na cidade de Juiz de Fora, com idades variando entre 30 e 69 anos (média de 37,70 anos e desvio padrão de 8,45). Todas as participantes possuíam o ensino médio (46%) ou um curso superior completo (31%) ou incompleto (23%) e trabalhavam principalmente como profissionais liberais (25%), comerciárias (24%) ou em atividades de ensino (20%). Tais mulheres distribuíram-se em um grupo de mães (64%) e um grupo de não-mães (36%), sendo que, dentre as mães, a maior parte possuía um (41%) ou dois (35%) filhos. Por outro lado, todas as mulheres que não eram mães tinham optado por essa condição.

Instrumentos

A auto-estima pessoal foi avaliada pela Escala de Rosenberg (1965), adaptada para amostras brasileiras por Simmonetti (1989). Em sua versão brasileira, a escala é unidimensional e compõe-se de dez itens em formato Likert, variando de *discordo totalmente* (1) a *concordo totalmente* (4). No presente estudo, o índice de precisão da escala, calculado por meio do coeficiente Alfa de Cronbach, foi de 0,70.

Para a avaliação da auto-estima coletiva foi adotada a Escala de Auto-Estima Coletiva de Luthanen e Crocker (1992), em versão brasileira adaptada por Souza e Ferreira (2004). A referida versão da escala, também de natureza unidimensional, compõe-se de 10 itens relacionados a sentimentos e avaliações decorrentes da pertença à categoria social das mulheres, a serem respondidos em uma escala de formato Likert de sete pontos, variando de *discordo totalmente* (1) a *concordo totalmente* (7). No presente estudo, o índice de precisão da escala, calculado por meio do coeficiente Alfa de Cronbach, foi de 0,72. O instrumento de coleta de dados contou ainda com questões destinadas a reunir informações sociodemográficas acerca da amostra pesquisada.

Procedimento

A coleta de dados foi realizada em dois centros culturais, uma central de atendimento ao público e um

centro de ensino superior localizados na cidade de Juiz de Fora. A escolha desses locais se deu em virtude de todos possuírem ambientes de espera, o que tornou mais fácil o contato com as mulheres que dispunham de tempo para o preenchimento das escalas. Primeiramente, o responsável administrativo por esses locais foi contatado, a fim de se obterem as autorizações necessárias à consecução da pesquisa.

Obtidas as autorizações, os pesquisadores passaram a frequentar os locais previamente citados e a solicitar a concordância das mulheres em participar da pesquisa. Nesse momento, era também averiguado o fato de a mulher ser ou não-mãe e de sua opção pela não-maternidade ter sido ou não voluntária. Obtida a concordância e a verificação de que os requisitos para participar da pesquisa tinham sido preenchidos, os instrumentos eram entregues, sendo-lhes pedido que lessem as instruções e colocassem as possíveis dúvidas surgidas. Em seguida, elas eram solicitadas a responder individualmente ao instrumento de coleta de dados, tendo-lhes sido garantido o sigilo das respostas.

RESULTADOS

Inicialmente, foram calculados os escores de todas as participantes nas duas escalas que integraram o estudo, mediante a soma dos itens constantes de cada uma delas, ocasião em que os itens negativos foram invertidos, de modo que, nas duas escalas, um maior escore correspondesse a um maior grau na característica considerada. Em seguida, foram calculados as médias e os desvios-padrões das duas escalas, separadamente para o grupo de mães e não-mães (Tabela 1).

Tabela 1. Médias e Desvios Padrão das Escalas de Auto-Estima Pessoal e Auto-Estima Coletiva

Escala	Mães		Não-mães	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Auto-estima pessoal	58,01	6,04	56,08	7,09
Auto-estima coletiva	60,11	5,26	58,67	6,95

Posteriormente, foi realizada uma análise da variância multivariada (MANOVA), na qual a condição de maternidade ou não-maternidade entrou como variável independente e as escalas de auto-estima pessoal e auto-estima coletiva entraram como variáveis dependentes. Os resultados obtidos ($F_{(2, 302)} = 4,40$; $p < 0,013$) revelaram a presença de diferenças significativas entre os grupos em pelo menos uma das variáveis dependentes em estudo, indicando, assim, a

necessidade de se efetuarem testes univariados de comparação de médias que permitissem a identificação de tais efeitos.

Os resultados das análises da variância simples (ANOVAs) efetuadas separadamente para cada uma das variáveis dependentes demonstraram a existência de diferenças significativas entre o grupo de mães e não-mães em ambas as escalas do estudo. Verificou-se, assim, que as mulheres pertencentes ao grupo de mães apresentaram uma média em auto-estima pessoal significativamente maior do que as pertencentes ao grupo de não-mães ($F_{(1, 303)} = 6,13; p < 0,014$), o que comprova a hipótese que previa a existência de diferenças significativas entre os dois grupos a favor das mães, no que se refere à auto-estima pessoal. Evidências a favor da segunda hipótese também foram obtidas, na medida em que se constatou que a média do grupo de mães na escala de auto-estima coletiva foi significativamente maior que a média do grupo de não-mães ($F_{(1, 303)} = 4,13; p < 0,043$), o que se encontra totalmente de acordo com as previsões da referida hipótese.

DISCUSSÃO

O objetivo principal do presente trabalho foi averiguar as possíveis diferenças existentes entre um grupo de mulheres mães e não-mães, no que diz respeito à auto-estima pessoal e à auto-estima coletiva. Os resultados obtidos forneceram apoio empírico à hipótese que previa a existência de diferenças significativas a favor do grupo de mães, na auto-estima pessoal. Em outras palavras, foi observado que, entre as participantes do presente estudo, as mães apresentavam níveis de auto-estima pessoal significativamente maiores que as não-mães.

Tais resultados vão ao encontro dos estudos nos quais se constatou que a concepção da maternidade como algo inerente à natureza feminina encontra-se presente no discurso de mães (Baptista, 1995; Barlow & Cairns, 1997; Rocha-Coutinho, 1994; Scavone, 1985) e não-mães (Remennick, 2000; Riessman, 2000; Woollett, 1991), bem como das investigações nas quais se evidenciou que as mulheres não-mães sentem-se desvalorizadas (Remennick, 2000; Riessman, 2000; Woollett, 1991) e apresentam índices de bem-estar subjetivo (Callan & Hennessey, 1988; Connidis & McMllin, 1993) e de auto-estima (Bailey & cols., 2001) inferiores, quando comparadas às mulheres mães. Por outro lado, contrariam, de certa forma, as pesquisas (Bonini-Vieira, 1997; Mansur, 2000; Wu & MacNeill, 2002) nas quais se demonstrou que a não-maternidade, em alguns casos, surge como uma opção

de vida necessária à construção da identidade feminina adulta.

Parece, assim, que as participantes do presente estudo ainda sofrem influências da herança sociocultural pró-natalista que permeia alguns segmentos da sociedade brasileira. Nesse sentido, concebem e celebram a maternidade como um momento único, um marco essencial em suas vidas (Gerson, Berman & Morris, 1990), um mandato social cujo cumprimento leva ao reconhecimento pessoal e à elevação da auto-estima e cujo não-cumprimento encerra punições e preconceitos (Daniluk, 1999).

A outra hipótese do estudo previa que as mulheres mães apresentariam índices de auto-estima coletiva significativamente maiores que as não-mães, e também foi comprovada. Embora não tenham sido encontrados na literatura estudos direcionados especificamente ao teste dessa questão, os resultados ora obtidos podem ser vistos como evidências adicionais em favor de algumas investigações anteriormente citadas. Desse modo, tanto o estudo de Scavone (1985), ao apontar que a maternidade associava-se intrinsecamente à auto-valorização social, como os trabalhos de Remennick (2000) e Riessman (2000), ao sinalizarem que a não-maternidade constituía um fator de estigmatização e exclusão social, trazem implícita a idéia de que a maternidade pode contribuir positivamente para a construção da auto-estima coletiva.

De acordo com a teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1986), a identidade e a auto-estima associadas à pertença grupal decorrem das avaliações mais ou menos positivas desses grupos de pertença. Considerando-se que a maternidade ainda se encontra muito vinculada à condição feminina, é possível, então, que o fato de as mulheres não-mães serem objeto de discriminações e preconceitos, isto é, de serem avaliadas de forma negativa, esteja influenciando sua autopercepção enquanto mulheres. Em outras palavras, a estigmatização da condição de não-maternidade poderia estar afetando a identidade social das mulheres que por ela tenham optado e, em consequência, influenciando negativamente sua auto-estima coletiva.

Em síntese, os resultados acerca dos maiores índices de auto-estima pessoal e coletiva obtidos pelas mulheres mães, em comparação às não-mães, levam à conclusão de que os estereótipos tradicionais, que atrelavam a maternidade à condição feminina, ainda exercem influência na construção da identidade feminina. Cumpre ressaltar, ainda, que a grande maioria das mulheres mães e não-mães que participaram da presente pesquisa também eram

casadas e tinham uma vida profissional ativa. Nesse sentido, apesar de alguns estudos terem demonstrado que o desempenho profissional constitui uma variável que pode contribuir eficazmente para a plena realização da mulher (Bonini-Vieira, 1997, Mansur, 2000), o mesmo ocorrendo com a situação conjugal (Ireland, 1993), não é provável que tais variáveis tenham interferido nos efeitos aqui observados, na medida em que ambas se encontravam presentes nos dois grupos pesquisados.

Tomados em conjunto, os achados ora reunidos evidenciam, destarte, que entre as participantes da pesquisa parece ter prevalecido a visão de que a maternidade confere à mulher um *status* mais nobre, associado a um maior poder de decisão sobre a própria vida e sobre a vida de um outro ser (Scavone, 1985), bem como maior valorização social (Remennick, 2000). Contudo, elas também não abrem mão de ter um lugar na vida pública, isto é, de atuar no mercado de trabalho, numa indicação de que todos esses fatores podem estar imbricados na construção de suas identidades.

Tais mulheres parecem estar, assim, vivenciando a ambigüidade anteriormente apontada por autores como Rocha-Coutinho (1998), que chama a atenção para a oscilação entre o modelo feminino de boa mãe, para quem a família está acima de tudo, e o modelo de mulher independente, que decide se quer ou não ser mãe. Em suma, tais mulheres provavelmente ainda se dividem entre o mandato pró-natalista, acompanhado das pressões sociais que ele encerra, e o discurso libertário das feministas, para quem o desenvolvimento profissional e a postura ativa diante da vida constituem uma via necessária à realização pessoal e à construção de uma identidade positiva.

À guisa de conclusão, cumpre ressaltar que o presente estudo deve ser visto como uma abordagem exploratória inicial à temática das conseqüências da maternidade para a auto-estima feminina, já que os estudos voltados para a análise de tal questão ainda são esparsos e têm apresentado resultados contraditórios. Nesse sentido, seria interessante que as atuais hipóteses fossem submetidas a novas verificações empíricas, mediante a realização de investigações que envolvessem amostras mais diversificadas em termos geográficos, etários e socioculturais, como, por exemplo, mulheres provenientes de regiões ou cidades em que as conquistas feministas já estejam mais consolidadas e mulheres pertencentes a faixas etárias em que a identidade feminina ainda esteja em formação, como no caso das adolescentes mães e não-mães.

Seria interessante que esses estudos se utilizassem também de procedimentos de coleta e análise de dados qualitativos capazes de ampliar o conhecimento acerca das representações e experiências subjetivas sobre a maternidade vivenciadas pelas mulheres de diferentes idades e condições socioculturais, que possuem ou não filhos. A realização de investigações dessa natureza certamente poderá contribuir para a compreensão cada vez maior do real papel desempenhado pela maternidade no processo de construção da identidade feminina.

REFERÊNCIAS

- Badinter, E. (1985, 5ª ed.). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1980).
- Bailey, N., Bruno, M. A., Bezerra, L.B., Queiroz, T., Oliveira, F.N. & Chen-Mok, K. (2001). Adolescent pregnancy 1 year later: The effects of abortion vs. motherhood in northeast Brazil. *Journal of Adolescent Health, 29*, 223-232.
- Baptista, S. M. S. (1995). *Maternidade e profissão: oportunidades de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barlow, C. A. & Cairns, K. V. (1997). Mothering as a psychological experience: A grounded theory exploration. *Canadian Journal of Counseling, 31*, 232-247.
- Blascovich, J. & Tomaka, J. (1991). Measures of self-esteem. Em J.P. Robinson, P.R. Shaver & L.S. Wrightman (Orgs.), *Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 115-160). New York: Academic Press.
- Bonini-Vieira, A. (1997). *Definidas pela negação, construídas na afirmação: A perspectiva de mulheres não-mães sobre a maternidade e seu projeto de vida*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Callan, V. J. & Hennessey, J.F. (1988). The psychological adjustment of women experiencing infertility. *British Journal of Medical Psychology, 61*, 137-140.
- Connidis, I. A. & McMullin, J.A. (1993) To have or have not: Parent status and the subjective well-being of older men and women. *The Gerontologist, 33*, 630-636.
- Costa, A. O., Barroso, C. & Sarti, C. (1985). Pesquisa sobre a mulher no Brasil: Do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa, 54*, 5-16.
- Daniluk, J. C. (1999). When the biology isn't destiny: Implications for the sexuality of women without children. *Canadian Journal of Counseling, 33*, 79-94.
- Gerson, M., Berman, L. S. & Morris, A.M. (1990). The value of having children as aspect of adult development. *The Journal of Genetic Psychology, 152*, 327-339.
- Ireland, M. (1993). *Reconceiving women: Separating motherhood from female identity*. New York: Guilford Press.

- Kimura, A. F. (1997). A construção da personagem mãe: Considerações teóricas sobre identidade e papel materno. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 31, 339-343.
- Luthanen, R. & Crocker, J. (1992). A Collective Self-Esteem Scale: Self-evaluation of one's social identity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 18, 302-318.
- Mansur, L. H. B. (2000). *Experiência de mulheres sem filhos: A mulher singular no plural*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Muszkat, M. (1985, 3ª ed.). Identidade feminina. Em Z. Seabra & M. Muszkat (Orgs.). *A mulher em busca de sua identidade* (pp. 11- 41). Petrópolis: Vozes.
- Páez, D., Martínez-Taboada, C., Arróspide, J.J., Insúa, P & Ayestarán, S. (1998). Constructing social identity: The role of status, collective values, collective self-esteem, perception and social behavior. Em S. Worchel, J. F. Morales, D. Páez & J. C. Deschamps (Orgs.), *Social Identity: International perspectives* (pp. 211-229). London: Sage.
- Remennick, L. (2000). Childless in the land of imperative motherhood: Stigma and coping among infertile Israeli women. *Sex Roles*, 43, 821-841
- Riessman, C. K. (2000). Stigma and everyday resistance practices: Childless women in South India. *Gender & Society*, 14, 111-135.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1998). De Cinderela a mulher maravilha: A maternidade em tempos de mudança. *Série Documenta*, 9, 91-116.
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Rubin, R. (1984). *Maternal identity and maternal experience*. New York: Springer.
- Scavone, L. (1985) As múltiplas faces da maternidade. *Caderno de Pesquisas*, 54, 37-49.
- Sewall, G. (1999). Involuntary childlessness: Deciding to remain childfree. Em L. H. Burns & S. N. Convigton (Orgs.), *Infertility counseling: A comprehensive handbook for clinicians* (pp. 411-422). New York: Pathernon Publishing Group.
- Simmonetti, V. M. M. (1989). *Revisão crítica de algumas escalas psicossociais utilizadas no Brasil*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.
- Souza, D. B. L. & Ferreira, M. C. (2004). Propriedades psicométricas da escala de auto-estima coletiva. [Resumos]. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais da XXXIV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia* (CD-ROM). Ribeirão Preto, SP: SBP.
- Tajfel, H. & Turner, J.C. (1986, 2ª ed.). The social identity theory of intergroup behavior. Em S. Worchel & W. Austin (Orgs.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7-24). Chicago: Nelson-Hall.
- Woollett, A. (1991). Having children: Accounts of childless women and women with reproductive problems. Em A. Phoenix, A. Woollett & E. Lloyd (Orgs.), *Motherhood: Meanings, practices and ideologies* (pp. 47-65). London: Sage.
- Wu, Z. & Macneill, L. (2002). Education, work, and childbearing after 30. *Journal of Comparative Family Studies*, 33, 191-213.

Recebido em 17/09/2004

Aceito em 08/12/2004

Endereço para correspondência: Maria Cristina Ferreira. Rua Marquês de Valença, 80 apto. 602, CEP 20550-030, Rio de Janeiro-RJ. E-mail: mcris@centroin.com.br